



MANHÃ

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2014

102 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO MUNICIPAL CLASSE I ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO: **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Nome do Candidato

Número de Inscrição

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do fiscal:
Um Caderno de Questões contendo **80 (oitenta) questões** objetivas de múltipla escolha .
Uma Folha de Respostas personalizada para a Prova Objetiva.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- A totalidade da Prova terá a duração de **4 (quatro) horas**, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva.
- Iniciadas as Provas, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas **2 (duas) horas** de prova, devendo, ao sair, entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o Caderno de Questões e a Folha de Respostas da Prova Objetiva, que serão os únicos documentos válidos para correção.
- Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
- Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
- O candidato, ao terminar a(s) prova(s), deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.

INSTRUÇÕES – PROVA OBJETIVA

- Verifique se seus dados estão corretos na Folha de Respostas.
- A Folha de Respostas **NÃO** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- Use caneta transparente de tinta preta.
- Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na Folha de Respostas.
- Para cada questão, existe apenas **1 (uma)** resposta certa – não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras.
- O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, completamente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo:



- Todas as questões deverão ser respondidas.

OS TEXTOS E AS QUESTÕES FORAM REDIGIDOS CONFORME O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, MAS ESTE NÃO SERÁ COBRADO NO CONTEÚDO.

05/2014



CONCURSOS PÚBLICOS

Espaço reservado para anotação das respostas. O candidato poderá destacar e levar para conferência.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – EDITAL Nº 01/2014

102 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO MUNICIPAL CLASSE I - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



CONCURSOS PÚBLICOS

Nome: _____

Inscrição: _____

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80

O gabarito da Prova Objetiva estará disponível no site da **Cetro Concursos (www.cetroconcursos.org.br)** a partir do dia **12 de Maio de 2014**.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto adaptado abaixo para responder às questões de 1 a 9.

A Câmara preparou um generosíssimo pacote de vantagens para empresas que têm pendências com a Receita. Os obséquios estão na MP 627, que agora tramita no Senado. Caso as benesses sejam aprovadas cabe ao governo vetá-las?

Um fato da vida moderna que nem sempre recebe a devida apreciação é o poder do fisco para promover e reprimir comportamentos. Gostamos de imaginar que é a lei que cumpre esse papel, mas impostos tendem a ser muito mais eficazes.

Enquanto normas penais atuam, exclusivamente, pelo lado negativo – elas estabelecem uma sanção para a conduta que queremos coibir, que só será imposta se o delinquente for pego –, taxas agem tanto no plano das barreiras quanto no dos incentivos e se aplicam automaticamente a quase todos os contribuintes.

A correlação entre a carga fiscal que incide sobre um produto e seu nível de consumo pela sociedade é conhecida desde sempre. Em inglês existe até a sugestiva expressão “sin tax” (imposto sobre o pecado) para designar os tributos diferenciados que recaem sobre atividades tidas como “indesejadas”, a exemplo do consumo de tabaco e álcool e o jogo.

Se há algo que parlamentares e autoridades econômicas não podem negligenciar, portanto, são os aspectos psicológicos da legislação fiscal. Nesse quesito, a MP 627 é desastrosa.

Anistias fiscais até fazem sentido em condições específicas, como a retomada depois de megacrises ou quando o Estado fica totalmente sem caixa. Mas, mesmo aí, precisam ser utilizadas com extrema parcimônia. Uma vez por século soa como uma frequência razoável.

Quando elas são concedidas duas vezes por década, como tem acontecido no Brasil, o poder público está basicamente dizendo aos empresários que vale a pena sonegar e esperar o próximo perdão. É uma mensagem que, dada a eficácia dos impostos para moldar comportamentos, eles captam com extrema facilidade.

SCHWARTZMAN, H. **Crime tributário**. *Folha de S.Paulo*, 15 abr. 2014, p. A2. Texto com adaptações.

1. De acordo com o que se depreende do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A frouxidão das normas relativas à sonegação de impostos impõe a penalização mais eficaz de sonegadores e, conseqüentemente, a criação de leis mais duras.
- (B) A concessão de perdão fiscal é medida válida apenas em cenários econômicos específicos, por isso o autor defende – desde o primeiro parágrafo – o veto irrestrito à MP 627.
- (C) A capacidade que os impostos têm para gerar mais facilmente nos contribuintes determinado tipo de comportamento justifica a posição contrária do autor à MP 627.
- (D) A defesa da Anistia Fiscal realizada pelo autor baseia-se em raciocínio segundo o qual as taxas agem em relação às barreiras e em relação a incentivos, diferentemente das normas penais.
- (E) A referência do autor à “sin tax” contribui para a construção da ideia central do texto, que defende o reajuste fiscal a fim de evitar um quadro econômico indesejável.

2. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, com relação ao sinônimo das palavras e levando-se em conta o contexto em que estão inseridas, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) “obséquios” (1º parágrafo) é sinônimo de “gentilezas”.
- (B) “benesses” (1º parágrafo) é sinônimo de “medidas”.
- (C) “Coibir” (3º parágrafo) é sinônimo de “reprimir”.
- (D) “Negligenciar” (5º parágrafo) é sinônimo de “desconsiderar”.
- (E) “Parcimônia” (6º parágrafo) é sinônimo de “prudência”.

3. Levando em consideração a frase “Caso as benesses sejam aprovadas, cabe ao governo vetá-las?” (1º parágrafo) e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) É necessário utilizar uma vírgula após “aprovadas”, para isolar oração subordinada adverbial anteposta à principal.
- (B) Ao substituir-se “governo” por “governantes”, tornar-se-ia obrigatória a flexão do verbo “caber” no plural.
- (C) O verbo “caber” também pode ser conjugado no futuro do presente (“caberá”), sem que haja prejuízo para a correção gramatical e para o sentido da frase.
- (D) Uma reescrita semanticamente equivalente e sintaticamente adequada da primeira oração do trecho é “Se se aprovarem as benesses”.
- (E) O acento utilizado em “vetá-las” deve-se à mesma regra que o exige nas palavras “marajá” e “alvarás”.

4. Analise as seguintes paráfrases do fragmento “Gostamos de imaginar que é a lei que cumpre esse papel, mas impostos tendem a ser muito mais eficazes” (2º parágrafo).

- I. A tendência a impostos eficazes é muito maior que o cumprimento desse papel pelas leis.
- II. Costuma-se atribuir à lei o cumprimento desse papel, todavia a eficácia dos impostos tendem a ser maiores.
- III. Imaginamos a lei como cumpridora desse papel; os impostos, contudo, costumam apresentar maior eficácia.

Considerando o sentido que a frase original assume no texto e as prescrições gramaticais em relação a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, é (são) válida(s) a(s) paráfrase(s) apresentadas em

- (A) II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

5. Levando em consideração o 3º parágrafo, bem como as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) Na substituição de “quase todos os contribuintes” por “boa parte das pessoas”, tornar-se-ia obrigatória a utilização do acento indicativo de crase no “a” que antecede a expressão.
- (B) É possível substituir o fragmento “que só será imposta” por “imposta apenas”, sem que haja prejuízo para a organização sintática ou para a clareza do trecho.
- (C) O conectivo “quanto” pode ser substituído por “bem como”, sem que haja prejuízo para a organização sintática ou para a clareza do trecho.
- (D) O pronome relativo “que” em “que só será imposta” tem como referente o termo “conduta”.
- (E) Como “sanção”, grafam-se com “ç” os termos “contenção”, “pretenção” e “obtenção”.

6. No último período do texto, o comentário feito entre vírgulas, pelo autor, estabelece relação de coerência direta com uma ideia desenvolvida pelo autor entre o

- (A) 1º e o 3º parágrafos.
- (B) 1º e o 4º parágrafos.
- (C) 3º e o 5º parágrafos.
- (D) 4º e o 6º parágrafos.
- (E) 5º e o 7º parágrafos.

7. Analise as seguintes afirmações sobre o texto.

- I. A expressão “até” (4º parágrafo) reforça o reconhecimento da correlação citada pelo autor no período anterior.
- II. A expressão “até” (6º parágrafo) reforça o julgamento que o autor faz da MP 627 no parágrafo anterior.
- III. A flexão de grau do adjetivo “generoso”, no 1º parágrafo, deixa implícito um julgamento do autor do texto a respeito do tema tratado.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

8. Considerando a organização sintática da frase em que se inserem e o valor semântico que apresentam os seguintes conectivos extraídos do texto, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) No 1º parágrafo, “Caso” pode ser substituído por “Uma vez que”.
- (B) No 3º parágrafo, “Enquanto” pode ser substituído por “Na medida em que”.
- (C) No 3º parágrafo, “Tanto” e “quanto” podem ser substituídos, respectivamente, por “não só” e “mas também”.
- (D) No 5º parágrafo, “Portanto” pode ser substituído por “pois”.
- (E) No último parágrafo, “Como” pode ser substituído por “consoante”.

9. No texto lido, assinale a alternativa que apresenta o **único** dos casos abaixo em que a inversão entre o substantivo e seu adjetivo caracterizador modificaria o sentido.

- (A) “extrema facilidade” (7º parágrafo) → facilidade extrema.
- (B) “próximo perdão” (7º parágrafo) → perdão próximo.
- (C) “sugestiva expressão” (4º parágrafo) → expressão sugestiva.
- (D) “condições específicas” (6º parágrafo) → específicas condições.
- (E) “generosíssimo pacote” (1º parágrafo) → pacote generosíssimo.

Leia o texto adaptado abaixo para responder às questões de 10 a 19.

Depois de pouco mais de 17 anos de inflação controlada e quase 25 anos de semi-estagnação da renda por brasileiro, o gigante, finalmente, parece acordar convescente de uma longa temporada febril. Atualmente, assiste-se a reconquista do maior dinamismo da economia associado à redução da pobreza e da desigualdade da renda do trabalho. Ainda que imediatamente não implique mudar a face assustadora das mazelas sociais brasileira, indica, contudo, como os passos de hoje permitem incluir novo contingente social na esfera do consumo, bem como na esperança de dias melhores.

Talvez tão importante quanto isso seja a retomada do debate sobre o futuro do Brasil. O longo prazo representa antecipar para o presente a nação que se deseja construir. Só agora, passado o tempo do regime fechado, controlada a inflação e superado o anacronismo do pensamento único, o país parece se permitir ir além e começar a sair das amarras, buscando preparar a nação para a existência de uma sociedade mais justa e um lugar digno entre os povos.

O livro que agora se apresenta nasce com esse espírito crítico, inovador e democrático, mérito inegável de seus organizadores e de todos os autores participantes. Ao longo dos seus capítulos, o leitor encontrará o conjunto de ideias principais que guiam o debate recente sobre o desenvolvimento econômico e social do país, suas oportunidades e desafios. É também uma publicação plural posto que, lado a lado, autores das mais diferentes escolas econômicas expõem seu pensamento, sem qualquer ruído ou pejo, em favor de um debate franco, aberto e visando um país melhor.

Contudo, apesar da diversidade das opiniões e teses, uma constante salta aos olhos dos leitores: em todos os textos, a problemática do Estado é muito presente e, até diria, capaz de fazer intuir sobre a linha de interpretação dos autores. Vejamos, por exemplo, que, por grossas linhas, podemos dividir o conjunto dos capítulos em dois grandes blocos: um reticente em relação ao papel a ser exercido pelo Estado no processo de desenvolvimento econômico de uma nação; e, de outro, autores que julgam impossível alcançar algo complexo como o desenvolvimento sem a forte e planejada presença do Estado na economia.

Nesse caso, o primeiro grupo, mais identificado com o pensamento econômico ortodoxo, defende um conjunto de reformas que deem consistência e valorizem princípios privados de acumulação, empreendedorismo e sucesso de cada agente. Para eles, a ação racional e individualista dos homens, dadas

as necessárias garantias e estabilidade de uma ordem verdadeiramente capitalista, ofereceria, inequivocamente, o ambiente fértil para o florescer do progresso e do desenvolvimento. Assim, com o Estado garantindo a ordem, as instituições e a democracia, com preços relativos se posicionando corretamente e a competição livre, se emitiriam os sinais adequados para que se sentissem atraídos os investidores, ajustando, de acordo com aquilo que a sociedade mais valoriza, a alocação de recursos e a produção.

A partir do outro ponto de vista, em meio aos autores mais próximos da tradição heterodoxa do pensamento econômico, o papel do Estado é visto como historicamente indissociável do processo de desenvolvimento e, por isso mesmo, tido como estratégico. Para estes, dada a especificidade histórica da sociedade brasileira e latino-americana, a atuação das forças primárias do mercado leva, inexoravelmente, à manutenção da ordem elitista e concentradora dos frutos do crescimento e do progresso econômico. De maneira um pouco mais forte e tomando emprestada uma observação de Celso Furtado, para eles o desenvolvimento dentro de uma sociedade periférica e dependente não é possível. Assim, segundo esses pensadores, o Estado seria o único agente social capaz de proporcionar, dentro do capitalismo, um ambiente de mudança social em favor de uma ordem mais produtiva, igual, democrática e progressista. Em outros termos: sem Estado, não há desenvolvimento nem soberania.

POCHMANN, M. **Prefácio.** *Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento.* Org: João Sicsú e Armando Castelar. Brasília: IPEA, 2009. Texto com adaptações.

10. De acordo com o que se depreende do texto, analise as assertivas abaixo.

- I. De acordo com o autor, a busca por modelo de desenvolvimento adequado e satisfatório passa necessariamente pelo Estado, sem o qual não há soberania.
- II. Para o autor, o Brasil esteve muito atrasado, nos anos anteriores à publicação, em relação à busca de um modelo de desenvolvimento socioeconômico mais eficiente.
- III. O futuro do país passa necessariamente por um modelo que valorize o empreendedorismo e os princípios privados de acumulação.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

11. Levando em consideração o 1º parágrafo do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) É obrigatória a utilização do acento indicativo de crase antes de “reconquista”, no segundo período, já que o verbo “assistir”, na acepção utilizada, rege a preposição “a”.
- (B) É obrigatória a utilização da preposição “em” após o verbo “mudar”, no último período, já que o verbo “implicar” a exige.
- (C) A preposição “em” utilizada em “Bem como na esperança de dias melhores” é dispensável, portanto sua supressão não afeta a clareza nem a organização sintática da frase.
- (D) A expressão “da desigualdade da renda” pode ser antecedida pelo adjetivo “menor”, o que reforçaria o problema citado, sem causar prejuízo para a clareza do fragmento.
- (E) Se “associado” for trocado por “associada”, passará a referir-se ao vocábulo “reconquista”, sem causar, portanto, prejuízo para a clareza do fragmento.

12. O autor faz uso de linguagem figurada em alguns fragmentos do texto. Assinale a única alternativa em que esse tipo de linguagem **não** ocorre.

- (A) “o gigante, finalmente, parece acordar convescente de uma longa temporada febril” (1º parágrafo).
- (B) “o país parece se permitir ir além e começar a sair das amarras” (2º parágrafo).
- (C) “o ambiente fértil para o florescer do progresso e do desenvolvimento” (5º parágrafo).
- (D) “É também uma publicação plural” (3º parágrafo).
- (E) “à manutenção da ordem elitista e concentradora dos frutos do crescimento e do progresso econômico” (último parágrafo).

13. Levando em consideração o 2º parágrafo do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, analise as assertivas abaixo.

- I. A flexão do termo “retomada” no plural obrigaria a flexão de somente mais três palavras para manter adequada a concordância.
- II. No primeiro período, pode-se optar pela flexão do verbo “ser” no presente do indicativo, no entanto haveria diferença semântica.
- III. A forma “que se deseja construir” pode ser permutada para “que deseja ser construída”, sem prejuízo para o sentido ou para a organização sintática da frase.

É correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) III, apenas.

14. Levando em consideração as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa em que é possível transferir o pronome oblíquo átono para a posição enclítica (posterior ao verbo).

- (A) “a nação que se deseja construir” (2º parágrafo).
- (B) “o país parece se permitir ir além” (2º parágrafo).
- (C) “O livro que agora se apresenta” (3º parágrafo).
- (D) “se emitiriam os sinais adequados” (5º parágrafo).
- (E) “para que se sentissem atraídos os investidores” (5º parágrafo).

15. Levando em consideração o 3º parágrafo do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) “O livro que hora se apresenta” constitui-se como uma alternativa válida para substituir o fragmento inicial do parágrafo.
- (B) É opcional a flexão do verbo “guiar” no singular em “que guiam o debate recente”.
- (C) Considerando as prescrições gramaticais quanto à regência, é necessário o acréscimo de “à” após o verbo “visando”, no final do parágrafo.
- (D) O conectivo “posto que” equivale semanticamente a “de modo que”.
- (E) Em “o debate recente **sobre** o desenvolvimento”, a expressão destacada pode ser substituída por “à cerca”, sem prejuízo para as ideias do trecho.

16. Considerando o valor contextual da frase “Contudo, apesar da diversidade das opiniões e teses, uma constante salta aos olhos dos leitores” (4º parágrafo) e as prescrições gramaticais em relação a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a única paráfrase correta.

- (A) Contudo, a despeito da diversidade das opiniões e teses, salta aos olhos dos leitores uma constante.
- (B) Contudo, mesmo com a diversidade das opiniões e teses, salta aos olhos dos leitores, uma constante.
- (C) Contudo, em detrimento da diversidade das opiniões e teses, uma constante salta aos olhos dos leitores.
- (D) Contudo, ressalvada a diversidade das opiniões e teses, uma constante aos olhos dos leitores, salta.
- (E) Contudo, não obstante a diversidade das opiniões e teses salta aos olhos dos leitores uma constante.

17. Levando em consideração o 4º e o 5º parágrafos do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A expressão “sem a forte e planejada presença do Estado na economia” (final do 4º parágrafo) liga-se sintaticamente a “desenvolvimento”.
- (B) A expressão “de outro” (4º parágrafo) pressupõe uma estrutura específica da oração anterior, estrutura esta que não foi utilizada pelo autor do texto, gerando, assim, um problema sintático.
- (C) Em “**Deem consistência** e valorizem princípios privados” (5º parágrafo), há um problema de regência que pode ser resolvido ao trocar a expressão destacada pela expressão sinônima “sustentem”.
- (D) Em “Para eles” (5º parágrafo), o referente do pronome pessoal não está textualmente citado no período anterior, sendo, apesar disso, perfeitamente dedutível.
- (E) A oração “dadas as necessárias garantias e estabilidade de uma ordem verdadeiramente capitalista” (5º parágrafo) assume, no contexto, um valor condicional.

18. Levando em consideração o último parágrafo do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, analise as assertivas abaixo.

- I. Em “dada a especificidade histórica **da sociedade** brasileira e latino-americana”, é opcional a flexão no plural do termo destacado, sem a necessidade de quaisquer outras alterações para a manutenção do sentido e da correção gramatical.
- II. No penúltimo período, a expressão “em favor de” pode ser substituída pela oração “que vá de encontro a”, sem que haja prejuízo para o sentido ou para a correção gramatical do trecho.
- III. No segundo período, a retirada do acento grave indicativo de crase em “à manutenção” gerará uma estrutura sintática válida, porém de sentido diferente do da estrutura original.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, apenas.

19. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa em relação ao sinônimo das palavras e levando-se em conta o contexto em que estão inseridas, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) “anacronismo” (2º parágrafo) é sinônimo de “obsolescência”.
- (B) “pejo” (3º parágrafo) é sinônimo de “retraimento”.
- (C) “reticente” (4º parágrafo) é sinônimo de “categórico”.
- (D) “inequivocamente” (5º parágrafo) é sinônimo de “indubitavelmente”.
- (E) “inexoravelmente” (6º parágrafo) é sinônimo de “inelutavelmente”.

Leia o texto adaptado abaixo para responder às questões de 20 a 25.

Os protestos ocorridos em 2013, apesar do público diverso, tiveram em comum o desejo por serviços públicos de qualidade, tais como transporte coletivo, segurança, infraestrutura urbana, saúde e educação. Há uma insatisfação com o modelo de Estado brasileiro, caracterizado pela elevada carga tributária e pelos serviços públicos ruins. Mas por que o Estado brasileiro tem um custo tão alto e presta serviços de má qualidade?

A resposta começa pela análise da distribuição dos gastos públicos no Brasil. Eles são separados em dois grupos: as transferências diretas de recursos e a prestação de serviços públicos. As transferências diretas são aquelas em que há repasse de recursos monetários a empresas e famílias sem a contrapartida da prestação de um serviço pelos beneficiários, e incluem previdência, pagamento de juros, subsídios e outras transferências. Os demais recursos, por definição, seriam direcionados a prestação de serviços públicos e manutenção da máquina pública.

Conforme dados do Ministério da Fazenda, entre 2009 e 2012, as transferências para previdência, assistência social e subsídios, representaram de 15% a 16% do PIB. Se adicionarmos o pagamento de juros da dívida pública, cerca de 5% do PIB, teremos mais da metade da carga tributária de 35% destinada a transferências, restando cerca de 15% do PIB para a prestação de serviços. Esses números explicam a elevada carga tributária, mas não necessariamente a má qualidade dos serviços prestados, pois a carga tributária líquida brasileira é compatível com a de países ricos e superior a de muitos países emergentes.

O economista Marcos Mendes identifica a concentração de renda e a consequente demanda por benefícios públicos dos pobres, que ganharam influência política com a redemocratização brasileira, e dos ricos, que têm o poder

econômico para influenciar as decisões políticas, como a causa de problemas como carga tributária elevada, limitados investimentos em infraestrutura e baixa qualidade de serviços públicos. Concordamos, mas entendemos que o problema tem origem anterior à redemocratização. Nesse sentido, os economistas Marcos Lisboa e Zeina Latif argumentam que a política econômica brasileira foi historicamente caracterizada pela concessão de privilégios, benefícios e proteção a determinados setores ou grupos econômicos, como parte da política de desenvolvimento liderada pelo Estado. Essas concessões criaram grupos de interesse capazes de proteger seus privilégios à custa dos consumidores e dos contribuintes. O que gostaríamos de acrescentar em relação às hipóteses citadas é a dificuldade gerencial do Estado brasileiro para prestar serviços públicos básicos.

Assim, da década de 1930 à década de 1980, quando o fomento à industrialização tornou-se objetivo primário do Estado brasileiro, foi enfatizada a redistribuição de recursos, por meio de subsídios, proteção tarifária, taxa de câmbio diferenciada, empréstimos subsidiados, isenções tributárias, etc. como mecanismo de incentivo aos setores selecionados. Para conduzir todo esse processo de intervenção econômica e redirecionamento de recursos era necessário incrementar a capacidade gerencial do setor público, o que foi tentado por meio da descentralização administrativa e da profissionalização de algumas carreiras de elite de funcionários públicos.

Já as carreiras ligadas à prestação de serviços ao cidadão continuavam desprestigiadas, ao mesmo tempo em que a rápida urbanização gerava expansão da necessidade de serviços como transporte, infraestrutura urbana, segurança, saneamento, educação e saúde. O resultado foi a favelização das grandes cidades, o aumento da violência e a impressão de que a taxa média de crescimento da economia de 7% ao ano trouxe poucos benefícios para a maioria da população.

BRAGA, A. **Por que a carga tributária é alta e os serviços são ruins?**
Valor Econômico, 09 abr. 2014. Texto com adaptações.

20. Levando em consideração o 2º parágrafo do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) A expressão destacada em “As transferências diretas são aquelas **em que** há repasse de recursos” pode ser substituída por “onde”, sem prejuízo para o sentido ou para a correção gramatical.
- (B) A vírgula colocada antes de “e incluem previdência” não possui justificativa sintática. Essa situação mudaria caso fosse acrescentada uma vírgula antes de “sem a contrapartida”.
- (C) É obrigatório o uso do acento indicativo de crase antes de “prestação” na frase “seriam direcionados a prestação de serviços públicos e manutenção da máquina pública”.
- (D) A expressão “Eles são separados”, no começo do parágrafo, pode ser substituída por “Separam-os”, sem prejuízo para a correção gramatical ou para o sentido.
- (E) Em “sem a contrapartida da prestação de um serviço **pelos beneficiários**”, o termo destacado refere-se ao vocábulo “prestação”, motivo pelo qual pode ser colocado depois desse substantivo, sem que outras alterações sejam necessárias para a manutenção da clareza e da correção gramatical.

21. Considerando as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, uma das vírgulas do 3º parágrafo foi utilizada **incorretamente**. É a que aparece após a expressão:

- (A) “ministério da Fazenda”.
- (B) “dívida pública”.
- (C) “entre 2009 e 2012”.
- (D) “assistência social e subsídios”.
- (E) “destinada a transferências”.

22. De acordo com o que se depreende do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) No 3º parágrafo, o autor cita dados que comprovam plenamente sua tese, apresentada no parágrafo inicial.
- (B) Para propor uma resposta à pergunta apresentada no parágrafo inicial, o autor esclarece, no 2º parágrafo, a diferença entre os gastos públicos no Brasil e a transferência direta de recursos.
- (C) Conforme os dados apresentados pelo autor, aos investimentos decorrentes da arrecadação tributária (35%) somam-se 15% do PIB, relativos à prestação de serviços.
- (D) Como a carga tributária líquida brasileira é compatível com a de países ricos, o autor conclui, no 3º parágrafo, que é precária a qualidade dos serviços públicos aqui prestados.
- (E) O autor adere ao raciocínio do economista Marcos Mendes quanto à origem dos problemas mencionados no 1º parágrafo, apenas com ressalvas de ordem cronológica.

23. Levando em consideração o 4º parágrafo do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, analise as assertivas abaixo.

- I. No primeiro período, a omissão da vírgula após “e dos ricos” é sintaticamente possível, mas representaria prejuízo semântico em relação ao fragmento original.
- II. O fragmento “como a causa de problemas como carga tributária elevada” está se referindo ao termo “decisões políticas”.
- III. Em “argumentam que a política econômica brasileira foi historicamente caracterizada pela concessão de privilégios”, a parte destacada pode ser substituída por “ter sido a política econômica brasileira historicamente caracterizada”.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

24. Analise as seguintes assertivas sobre os dois últimos parágrafos do texto:

- I. para o autor, a taxa de crescimento econômico não foi suficiente, o que explica as consequências negativas em termos sociais, como a favelização das grandes cidades, por exemplo.
- II. a industrialização acentuada entre as décadas de 1930 e 1980 trouxe as condições plenas para que setores diversos da sociedade ganhassem a atenção e o investimento do Estado; assim, os problemas sociais decorrem da urbanização repentina, não da falta de investimento.
- III. houve tratamento diferente para carreiras de elite de funcionários públicos e para as relacionadas aos serviços públicos para os cidadãos: estas foram menos valorizadas que aquelas, contribuindo para o caos urbano em que, de acordo com o texto, vivemos atualmente.

É correto o que está contido em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

25. Levando em consideração as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa que contenha uma paráfrase adequada para o trecho destacado em: “Há uma insatisfação com o modelo de Estado brasileiro, caracterizado pela elevada carga tributária e pelos serviços públicos ruins” (1º parágrafo):

- (A) cujas as características são a elevada carga tributária e os serviços públicos ruins.
- (B) cujas características são a elevada carga tributária e os serviços públicos ruins.
- (C) no qual tem como características a elevada carga tributária e os serviços públicos ruins.
- (D) onde este é caracterizado pelas elevadas cargas tributárias e pelos serviços públicos ruins.
- (E) onde o mesmo se caracteriza pelas elevadas cargas tributárias e pelos serviços públicos ruins.

Leia o texto adaptado abaixo para responder às questões de 26 a 30.

O site Business Insider, com sede em Nova York, enviou um repórter ao País para conferir as notícias de que os artigos da Apple aqui são os mais caros do mundo. A conclusão do repórter foi a de que os preços aqui são ‘inacreditáveis’.

“O iPhone 5S de 64 gigabytes brasileiro custa R\$3.599,00, ou cerca de US\$1.637, o que torna o iPhone vendido no Brasil o mais caro do mundo”, constata o site. O mesmo produto custa US\$849 nos EUA. “Ainda é caro, mas é a metade do preço no Brasil”, acrescenta.

O levantamento com os produtos Apple é apenas mais um numa lista em que já entraram outras estatísticas semelhantes que comprovam que os preços no Brasil são mais altos em vários itens. O mais recente estudo foi o ‘índice Zara’, feito pelo Banco BTG Pactual com os preços da grife espanhola Zara.

O Brasil também costuma frequentar posições no topo do ranking do ‘índice Big Mac’, que compara os preços dos hambúrgueres do McDonald’s em dólares nos países onde a rede está presente. E os preços dos videogames Play Stations também causaram polêmica nos últimos meses.

“Os preços absurdos do Brasil, que se estendem para além de produtos da Apple, podem ser atribuídos a gargalos de transporte, políticas protecionistas, uma história de alta inflação, um sistema fiscal disfuncional e uma moeda sobrevalorizada”, escreve o repórter Michael Kelley.

Estadão *on-line*, 14/4/2014. **Preços da Apple no Brasil são “inacreditáveis”, diz site dos EUA.** Texto com adaptações.

26. Levando em consideração o 1º e o 2º parágrafos do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, analise as assertivas abaixo.

- I. Em “as notícias **de que** os artigos”, o termo destacado pode ser substituído por “das quais”.
- II. O uso de “sua conclusão” em vez de “a conclusão do repórter” evitaria uma repetição, mas representaria um prejuízo para a clareza do fragmento.
- III. As aspas em “inacreditáveis” devem-se ao uso irônico da expressão por parte do autor do texto.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

27. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) A troca de “entraram” por “fizeram parte” obrigaria a troca de “em que” por “de que”.
- (B) A troca de “grife espanhola Zara” por “grife espanhola homônima” não representaria prejuízo para a progressão das ideias do parágrafo.
- (C) O uso de “numa” não é recomendado, sendo necessário trocar essa expressão por “em uma”.
- (D) A troca de “gargalos” por “problemas” tornaria obrigatório o uso do acento indicativo de crase no “a” que antecede esse termo.
- (E) A expressão “O mais recente estudo” pode ser substituída por “O mais recente deles”, sem que haja prejuízo para a correção gramatical ou para o sentido.

28. A palavra “estendem”, utilizada no último parágrafo, apresenta um termo cognato em que o fonema /s/ é grafado de maneira distinta: “extensão”. A mesma variação ortográfica no radical ocorre, de acordo com a Ortografia Oficial, em

- (A) “consenso” e “concensual”.
- (B) “aquiescer” e “aquiecência”.
- (C) “obsceno” e “obcenidade”.
- (D) “obsessão” e “obcecado”.
- (E) “fascsismo” e “fasccista”.

29. Assinale a alternativa que contém duas palavras do texto acentuadas conforme a mesma regra.

- (A) “Hambúrgueres” e “repórter”.
- (B) “Inacreditáveis” e “repórter”.
- (C) “Índice” e “dólares”.
- (D) “Inacreditáveis” e “atribuídos”.
- (E) “Atribuídos” e “índice”.

30. Considerando o contexto em que se inserem as expressões a seguir, assinale a alternativa em que a proposta de reescrita sugerida após a seta representaria um **problema** de clareza no texto.

- (A) “enviou um repórter ao País” (1º parágrafo) → enviou ao País um repórter.
- (B) “outras estatísticas semelhantes” (3º parágrafo) → outras semelhantes estatísticas.
- (C) “O mais recente estudo” (3º parágrafo) → O estudo mais recente.
- (D) “compara os preços dos hambúrgueres do McDonald’s em dólares” (4º parágrafo) → compara os preços em dólares dos hambúrgueres do McDonald’s.
- (E) “também causaram polêmica” (4º parágrafo) → causaram polêmica também.

MATEMÁTICA/ ESTATÍSTICA/ RACIOCÍNIO LÓGICO

31. As aplicações financeiras de longo prazo são classificadas em um fluxo de caixa como

- (A) investimentos.
- (B) operações.
- (C) financiamentos.
- (D) empreendimentos.
- (E) amortizações.

32. Preocupados em reestruturar as atividades oferecidas pelo Centro Esportivo da cidade, os dirigentes fizeram uma pesquisa sobre a preferência dos usuários aos esportes oferecidos. Notou-se que todos os praticantes de caminhada também faziam *yoga*, mas nenhum dos alunos de *yoga* praticava natação. Todos os alunos de *spinning* eram também praticantes de pilates e alguns dos que praticavam pilates faziam natação. Como nenhum dos alunos de pilates praticava *yoga* e nenhum dos que faziam *spinning* praticavam natação, conclui-se que

- (A) pelo menos um praticante de *spinning* faz *yoga*.
- (B) pelo menos um praticante de caminhada faz natação.
- (C) nenhum praticante de *spinning* faz caminhada.
- (D) todos os praticantes de pilates também praticam *spinning*.
- (E) todos os frequentadores de *yoga* também fazem pilates.

33. Em determinada cidade, a probabilidade de um indivíduo possuir casa própria é de 0,10. Ao se fazer uma pesquisa com 4 moradores dessa cidade, a probabilidade de que todos tenham casa própria é de

- (A) 0,5%.
- (B) 0,2%.
- (C) 0,1%.
- (D) 0,04%.
- (E) 0,01%.

34. A tabela mostra a distribuição do atendimento domiciliar de **cada um** dos 30 agentes de saúde de um município.

60	49	77	72	75	66
62	48	53	55	56	76
50	61	54	58	62	72
75	56	54	62	65	68
58	74	58	60	52	48

A porcentagem de agentes cujo atendimento é maior ou igual a 53 casas ou menor e igual a 62 casas é de

- (A) 60%.
- (B) 50%.
- (C) 40%.
- (D) 30%.
- (E) 20%.

35. Municípios de uma cidade atribuíram as seguintes notas para o atendimento de setores da prefeitura:

- ❖ Saúde: 5,4
- ❖ Habitação: 1,2
- ❖ Segurança: 4,5
- ❖ Educação: 7,5
- ❖ Saneamento Básico: 6,2
- ❖ Esportes e Cultura: 8,7

Considerando as notas oferecidas, a média e a mediana foram, respectivamente,

- (A) 6,7 e 6,9.
- (B) 6,2 e 5,9.
- (C) 6,1 e 5,7.
- (D) 5,6 e 5,8.
- (E) 5,4 e 6,2.

36. Ao aplicar R\$3.200,00 a juros simples com taxa de 2% ao mês, um investidor resgata, após 3 trimestres de aplicação, o seguinte valor:

- (A) R\$3.100,00.
- (B) R\$3.286,00.
- (C) R\$3.562,00.
- (D) R\$3.621,00.
- (E) R\$3.776,00.

37. Uma aplicação de R\$12.000,00 foi capitalizada trimestralmente à taxa composta de 60% a.a. durante 6 meses. O valor resgatado, após esse período, será de

- (A) R\$15.870,00.
- (B) R\$16.290,00.
- (C) R\$16.960,00.
- (D) R\$17.120,00.
- (E) R\$17.850,00.

38. "Toda mulher gosta de flores". Assim:

- (A) todo aquele que gosta de flores é mulher.
- (B) todo aquele que não é mulher não gosta de flores.
- (C) todo aquele que não gosta de flores não é mulher.
- (D) alguma mulher não gosta de flores.
- (E) alguém que não goste de flores é mulher.

39. Foram obtidos os seguintes dados para a idade dos filhos de uma amostra aleatória de 50 pessoas:

4, 5, 5, 6, 6, 6, 6, 7, 7, 7, 7, 7, 8, 8, 8, 8, 8, 8, 8, 8, 9, 9, 9, 9, 9, 10, 10, 10, 10, 10, 10, 10, 10, 10, 11, 11, 12, 12, 13, 13, 14, 15, 15, 15, 16, 16, 18, 23

Dessa amostra, conclui-se que a distribuição

- (A) tem assimetria negativa.
- (B) indica subpopulações com assimetria negativa.
- (C) é simétrica.
- (D) tem assimetria positiva.
- (E) é parte assimétrica positiva e parte simétrica.

40. Com a finalidade de apresentar um auxílio às famílias, encomendou-se um estudo de gastos de famílias compostas por quatro membros com renda mensal entre 2 e 6 salários mínimos. Utilizou-se a regressão:

$\hat{Y} = -1,5 + 0,3X$, na qual \hat{Y} se relaciona à despesa mensal estimada e X se refere à renda da família (em salários mínimos). Uma família que recebe 4 salários mínimos tem um gasto de

- (A) 0,7 salários mínimos.
- (B) 0,6 salários mínimos.
- (C) 0,5 salários mínimos.
- (D) 0,4 salários mínimos.
- (E) 0,3 salários mínimos.

41. Levando em consideração um teste de correlação cruzada, pode-se concluir que

- (A) a relação entre a variável de entrada e de saída é binomial.
- (B) somente é usado com variáveis discretas.
- (C) pode haver atraso entre as variáveis.
- (D) para variáveis fortemente não lineares é um teste perfeito.
- (E) pode ser utilizado para entradas de variáveis discretas e saídas com variáveis discretas.

42. A amplitude semi-interquartilica é uma medida de variabilidade utilizada para comparar dois ou mais grupos em termos de homogeneidade e heterogeneidade. Quanto menor a amplitude semi-interquartilica, mais homogêneo é o grupo. A medida de tendência central utilizada para definir a amplitude semi-interquartilica é o(a)

- (A) média.
- (B) mediana.
- (C) moda.
- (D) variância.
- (E) desvio-padrão.

43. Com adiantamento de dois meses do vencimento, um título de valor nominal de R\$30.000,00 é descontado a uma taxa composta de 10% a.m.. A diferença entre o desconto racional composto e o desconto comercial composto será de

- (A) R\$246,59.
- (B) R\$366,89.
- (C) R\$493,39.
- (D) R\$576,29.
- (E) R\$606,49.

44. O departamento de Educação fez uma pesquisa com 120 pais de alunos de uma creche visando a melhorias no atendimento. Verificou-se o seguinte:

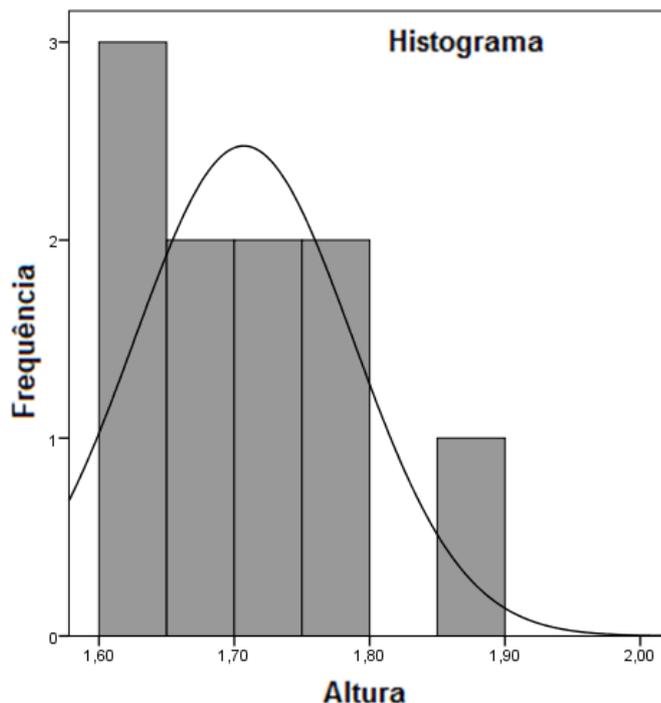
Casa própria	70
Curso superior	60
Plano de saúde	80
Casa própria e curso superior	17
Casa própria e plano de saúde	34
Curso superior e plano de saúde	24
Casa própria, plano de saúde e curso superior	15

A porcentagem dos pesquisados que **não** possuem nenhuma das características sondadas é de

- (A) 25,5%.
- (B) 20%.
- (C) 15,5%.
- (D) 15%.
- (E) 12,5%.

Leia o trecho abaixo e analise o gráfico para responder às questões 45 e 46.

O setor de saúde de determinado município elencou os adolescentes atendidos por um programa segundo suas alturas, como descrito no gráfico abaixo.



45. A amplitude do intervalo de classes determinado para a construção do gráfico é de

- (A) 1,90m.
- (B) 0,50m.
- (C) 0,30m.
- (D) 0,10m.
- (E) 0,05m.

46. Levando em consideração os dados presentes no gráfico, a frequência relativa à altura de 1,80m é de

- (A) 10%.
- (B) 8,6%.
- (C) 7,5%.
- (D) 6,7%.
- (E) 5,8%.

47. Com o intuito de gratificar, por mérito, os funcionários de uma repartição pública, o valor a ser repartido com os 3 funcionários mais assíduos é de R\$54.500,00. O maior prêmio será pago àquele que menos faltas tiver, e o menor ao terceiro com menor número de ausências, proporcionalmente. João faltou 1 dia, Angélica 3 e Samuel 5. O valor recebido por Samuel será de

- (A) R\$7.512,30.
- (B) R\$7.108,70.
- (C) R\$7.006,90.
- (D) R\$6.987,30.
- (E) R\$6.807,50.

48. Leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

Determinado projeto da câmara de vereadores será aprovado apenas se, depois de determinada a Taxa Interna de Retorno (TIR), esta for _____ à taxa de retorno exigida pelo investidor. Se essa taxa for _____, o projeto será recusado. Na Câmara, foram disponibilizados mais de um projeto, assim, a escolha recairá sobre aquele de _____ taxa.

- (A) inferior/ superior/ menor
- (B) superior/ inferior/ maior
- (C) inferior/ superior/ maior
- (D) superior/ inferior/ menor
- (E) superior/ nula/ menor

49. Um pequeno município resolveu mudar a cor de suas seis secretarias que ficam em um prédio. Cada secretaria tem sua sala e ela deverá ser pintada da cor referente à secretaria. Decidiu-se, em assembleia, que a sala branca e a sala amarela deveriam ficar juntas sempre. Assinale a alternativa que apresenta de quantas maneiras pode-se fazer isso.

- (A) 60.
- (B) 100.
- (C) 120.
- (D) 180.
- (E) 240.

50. Um cidadão fez um empréstimo de R\$2.000.000,00 à taxa de juros compostos de 10% ao ano, a ser reembolsado em 5 anos, de acordo com o SAC. Após a quitação do empréstimo, o cidadão terá pago

- (A) R\$2.900.000,00.
- (B) R\$2.800.000,00.
- (C) R\$2.700.000,00.
- (D) R\$2.600.000,00.
- (E) R\$2.500.000,00.

DIREITO TRIBUTÁRIO

51. Acerca da fiscalização tributária, analise as assertivas abaixo.

- I. Pode-se dizer que a fiscalização tributária é um poder-dever do Estado. Para que ela seja efetiva, a legislação tributária precisa fixar os poderes e os deveres específicos a ela inerentes.
- II. O parágrafo único do artigo 194 do Código Tributário Nacional (CTN) indica exatamente as seguintes pessoas sujeitas à fiscalização tributária: pessoas jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.
- III. Haverá, para efeitos da legislação tributária, aplicação de disposição legal que exclua ou limite, por exemplo, o direito de examinar mercadorias, livros ou arquivos dos comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.
- IV. A denúncia espontânea de eventual infração, para fins de exclusão de responsabilidade, cabe antes do início do procedimento fiscal que diga respeito à infração ou durante o seu procedimento, conforme estabelece o artigo 138, do Código Tributário Nacional (CTN) e seu parágrafo único.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

52. Com relação à competência tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) A repartição da receita tributária afeta a competência tributária.
- (B) A repartição de receita objetiva preservar o pacto federativo e minimizar os efeitos do federalismo assimétrico.
- (C) Os impostos de competência do Distrito Federal, por terem natureza de Estado-membro, sofrem repartição de receita.
- (D) Territórios Federais possuem competência tributária para legislar.
- (E) Uma das características da competência residual é que, no caso das contribuições residuais, estas não se subordinam à anterioridade nonagesimal.

53. De acordo com o artigo 3º do Código Tributário Nacional (CTN), *tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.* Sobre o conceito e a classificação dos tributos, assinale a alternativa correta.

- (A) A entidade que vier a preencher os requisitos estipulados no artigo 3º do CTN será, juridicamente, um tributo, a despeito da destinação que for atribuída aos valores arrecadados.
- (B) Pode-se definir *taxa* como o tributo que tem por hipótese de incidência um fato alheio a qualquer atuação do Poder Público.
- (C) Quanto à finalidade do tributo, os classificados como extrafiscais submetem-se ao princípio da anterioridade tributária e ao princípio da legalidade.
- (D) Os tributos classificados como parafiscais são aqueles arrecadados por entidades públicas ou privadas, titulares da competência tributária.
- (E) O imposto se caracteriza pela sua *referibilidade*, isto é, sua arrecadação tem destino certo.

54. Sobre os impostos, é correto afirmar que

- (A) serão progressivos os que se caracterizarem pelo aumento da alíquota numa proporção ao aumento da base de cálculo, como, por exemplo, o IPI.
- (B) o ICMS, por ser tributo que possui função tanto fiscal quanto extrafiscal, será seletivo.
- (C) tributos proporcionais são aqueles cuja alíquota permanece fixa e a base de cálculo é que varia, como, por exemplo, a regra geral do IPTU, no qual a base de cálculo é considerada o valor venal do imóvel.
- (D) imposto plurifásico significa dizer que possui várias fases, ou seja, em cada fase, haverá incidência do tributo, como são os casos, por exemplo, do IOF e do ICMS para combustíveis e lubrificantes.
- (E) o imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, inclusive os de garantia, exceto cessão de direitos à sua aquisição é competência legislativa dos Municípios.

55. As contribuições de melhoria são de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Acerca dessa espécie de tributo, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Cabe nos casos, por exemplo, de abertura, pavimentação, recapeamento, arborização e alargamento de vias públicas.
- () Não é a realização da obra pública que gera a obrigação de pagar contribuição de melhoria. Essa obrigação só nasce se da obra pública decorrer valorização do imóvel do contribuinte.
- () Feito o lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento, bem como dos elementos que integraram o respectivo cálculo.
- () Entre os requisitos a serem observados antes do lançamento da contribuição de melhoria está a fixação de prazo não superior a 30 dias para impugnação, pelos interessados de qualquer dos elementos publicados previamente e listados no inciso I do artigo 82 do CTN.

- (A) F / F / F / V
- (B) V / F / V / F
- (C) F / V / V / V
- (D) V / V / F / V
- (E) F / V / V / F

56. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, em seu artigo 145, inciso II, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir "taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição". A respeito das taxas, assinale a alternativa correta.

- (A) O serviço de fornecimento de certidões ou de prestação de atividade jurisdicional ao contribuinte solicitante não possui caráter divisível, o que significa dizer que tal serviço não poderá ser cobrado mediante taxa.
- (B) O serviço de iluminação pública é específico, porém indivisível, posto que é usufruível por todos de forma indistinta.
- (C) Preços de serviços públicos e taxas não se confundem, porque aqueles, diferentemente destas, são compulsórios e têm sua cobrança condicionada à prévia autorização orçamentária, em relação à lei que os instituiu.
- (D) O CTN considera serviço público divisível quando possa ser destacado em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas.
- (E) A taxa de licença para publicidade, cobrada dos que utilizam placas ou faixas com anúncios, bem como dos denominados *outdoors*, tem como fato gerador o exercício do poder de polícia.

57. Acerca dos impostos de competência dos Municípios, analise as assertivas abaixo.

- I. No caso do IPTU, se houver enfiteuse, o contribuinte será o titular do domínio útil, bem como se alguém, com ânimo de proprietário, tem a posse do imóvel, faltando-lhe para ser proprietário apenas o título respectivo, então, será esse titular da posse o contribuinte.
- II. O lançamento do IPTU deverá ser feito por homologação.
- III. A função do ITBI é predominantemente fiscal.
- IV. O ISS incide na atividade de franquias, a qual configura prestação de serviço.

É correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

58. “Vigência é a aptidão para incidir, vale dizer, para dar significação jurídica aos fatos. Para produzir efeitos jurídicos no plano abstrato.” (Hugo de Brito Machado) Com relação à vigência e à aplicação da Legislação Tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) O CTN estabeleceu regra especial aplicável na falta de previsão de data para início de vigência dos convênios celebrados entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme artigo 100, inciso IV e artigo 103, inciso III.
- (B) A norma que define a hipótese de incidência tributária, ou norma de tributação, define uma situação de fato que, se e quando concretizada, faz nascer a obrigação tributária.
- (C) A legislação tributária vigente tem aplicação imediata, aplicando-se aos fatos geradores consumados e alcançando os fatos geradores pendentes.
- (D) Segundo o CTN, a lei se aplica ao ato ou fato pretérito em qualquer caso quando seja expressamente interpretativa, aplicando-se penalidade pela infração de dispositivos interpretados.
- (E) A lei modificada ou revogada não poderá mais ser aplicada aos fatos ocorridos ainda que antes de sua revogação ou modificação, pois já não sobrevivem os efeitos jurídicos de sua incidência.

59. Com relação à interpretação e à integração da legislação tributária, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A interpretação, em sentido amplo, é a atividade de conhecimento do sistema jurídico desenvolvida a fim de resolver o caso concreto, seja pela aplicação de uma norma específica, seja pela aplicação de uma norma mais geral, seja pelo uso de uns dos meios de integração.
- (B) Integração é a identificação de uma norma que, não tendo sido elaborada para casos do tipo daquele que se tem a resolver, a ele se ajusta, em face de um critério autorizado pelo legislador.
- (C) Interpretação, em sentido restrito, é a busca do significado de uma norma.
- (D) Analogia é o meio de interpretação pelo qual o aplicador da lei, diante de lacuna desta, busca solução para o caso em norma pertinente a casos semelhantes.
- (E) O CTN acolheu a Teoria das Lacunas, dando à autoridade competente para aplicar a legislação tributária competência para deixar de aplicar as normas mais gerais, afirmando, em face da ausência de norma específica, a existência de lacuna, e resolvendo o caso por analogia, pelos princípios gerais de Direito, ou pela equidade.

60. A obrigação tributária pode ser principal e acessória. Sobre esse assunto, é correto afirmar que

- (A) o objeto da obrigação principal é sempre não patrimonial.
- (B) segundo o CTN, a obrigação principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- (C) o crédito tributário decorre da obrigação acessória e possui a mesma natureza desta.
- (D) as fontes da obrigação tributária são a lei e o fato gerador. A primeira é fonte formal e a segunda, material.
- (E) para que surja a obrigação tributária deve ocorrer a hipótese de incidência, ainda que esta não se torne concreta, sendo relevante a vontade das pessoas envolvidas.

61. Um comerciante que promove a saída de mercadorias de seu estabelecimento gera

- (A) ao mesmo tempo a obrigação de pagar o ICMS (obrigação principal) e também a obrigação de emitir a nota fiscal correspondente (obrigação acessória).
- (B) a obrigação de emitir a nota fiscal correspondente (obrigação principal).
- (C) a obrigação de emitir a nota fiscal correspondente (obrigação principal) e, posteriormente, a obrigação de pagar o imposto devido (obrigação acessória).
- (D) ao mesmo tempo a obrigação de pagar o imposto devido e de emitir a nota fiscal correspondente (obrigações principais).
- (E) a hipótese de incidência (obrigação principal), ocorrendo o fato gerador após a quitação do imposto devido com a emissão da nota fiscal correspondente.

62. Sobre os elementos do fato gerador, analise as assertivas abaixo.

- I. Alíquota específica é aquela utilizada para o cálculo do tributo sem levar em consideração o valor do objeto tributado, mas na sua quantidade.
- II. A alíquota do IPI incidente sobre refrigerantes, por exemplo, é uma alíquota específica.
- III. Base de cálculo é a expressão econômica do fato gerador do tributo. É elemento essencial na identificação deste.
- IV. As alíquotas são progressivas quando aumentam na medida em que diminui a base de cálculo; e são regressivas quando diminuem na medida em que aumenta a base de cálculo.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) I e III, apenas.

63. São titulares da competência tributária própria:

- (A) as autarquias e as pessoas jurídicas de direito público, dotadas de Poder Legislativo.
- (B) as pessoas jurídicas de direito privado e as autarquias.
- (C) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado.
- (D) a administração indireta e as pessoas jurídicas de direito privado.
- (E) as pessoas jurídicas de direito público, dotadas de Poder Legislativo.

64. Com relação ao sujeito passivo da obrigação tributária, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O sujeito passivo de obrigação acessória pode ser tanto um contribuinte como um terceiro, isto é, uma pessoa que não tenha nenhuma relação direta com o fato gerador da obrigação principal.
- (B) De acordo com o CTN, sujeito passivo da obrigação tributária principal pode ser classificado como contribuinte e como responsável.
- (C) Segundo o CTN, em seu artigo 121, parágrafo único, o sujeito passivo contribuinte tem a obrigação de pagar quando, sem revestir a condição de responsável, sua obrigação decorre de dispositivo expresso de lei.
- (D) O sujeito passivo tem o dever de prestar o seu objeto.
- (E) Segundo o CTN, salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

65. “O instituto da responsabilidade tributária foi criado com o objetivo de promover uma praticidade fiscal e ampliar o rol de devedores, de modo a garantir maior satisfação do crédito.” (Claudio Carneiro)
A respeito da responsabilidade tributária, é correto afirmar que

- (A) a responsabilidade por infrações da legislação tributária, as quais estão expressas no CTN, é uma responsabilidade tributária por substituição, podendo ser de forma solidária ou subsidiária.
- (B) na responsabilidade por transferência, há uma sub-rogação devido à ocorrência de um fato superveniente previsto em lei, pois o responsável paga dívida alheia por fato gerador também alheio.
- (C) a substituição tributária *para trás* também é chamada pela doutrina de fato gerador presumido.
- (D) a responsabilidade tributária por substituição nasce com o contribuinte e a lei transfere a terceiro.
- (E) é vedado a lei atribuir responsabilidade supletiva.

66. Considerando o disposto na Lei Federal nº 6.830/1980, artigo 2º, a Dívida Ativa da União será apurada e inscrita no(a)

- (A) Subsecretaria de Tributação e Contencioso, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- (B) Subsecretaria da Dívida Pública, da Secretaria do Tesouro Nacional.
- (C) Banco Central do Brasil.
- (D) Procuradoria da Fazenda Nacional.
- (E) Departamento de Gestão da Dívida Ativa da União, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

67. De acordo com a Lei Federal nº 6.830/1980, algumas normas deverão ser observadas, quando o executado for citado para pagar a dívida contida na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução. Assinale a alternativa que apresenta uma dessas normas a ser observada.

- (A) A citação será feita pelo correio, com aviso de recepção, se a Fazenda Pública não a requerer por outra forma.
- (B) A citação pelo correio considera-se feita na data da entrega do aviso de recebimento à Fazenda Pública.
- (C) Se o aviso de recepção não retornar no prazo de 15 dias da entrega da carta à Fazenda Pública, a citação será feita por edital.
- (D) O executado ausente do País será citado por edital, com prazo de 90 dias.
- (E) Não haverá hipótese de citação realizada por Oficial de Justiça.

68. Com relação ao crédito tributário, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () No Direito Tributário, adota-se a teoria dualista, que separa a obrigação do crédito tributário pelo lançamento.
- () O Estado, como sujeito ativo da obrigação tributária, tem um direito ao tributo, expresso no direito potestativo de criar o crédito tributário, por meio do lançamento. A posição do Estado confunde-se com a posição da autoridade administrativa.
- () O pagamento antecipado extingue o crédito tributário sob condição resolutória da ulterior homologação ao lançamento.
- () O CTN elenca as funções do lançamento do crédito tributário, que são a verificação da real ocorrência do fato gerador, a determinação da matéria tributável, o cálculo do montante devido, a individualização do sujeito passivo e a aplicação das penalidades quando cabíveis.

- (A) V/ V/ F/ V
- (B) V/ V/ V/ F
- (C) F/ F/ V/ V
- (D) V/ V/ F/ F
- (E) V/ F/ V/ V

69. Quanto à suspensão da exigibilidade do crédito tributário, é correto afirmar que

- (A) dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, dependentes ou consequentes da obrigação principal respectiva.
- (B) em caso de moratória, se houver seu anulamento, torna-se o crédito tributário exigível, sem, entretanto, a cobrança dos respectivos juros de mora.
- (C) se considera o depósito a que se refere o artigo 151, inciso II, do CTN um ato voluntário, no sentido de que este não pode ser exigido do sujeito passivo da relação tributária como condição para conhecimento de pedido formulado em ação judicial promovida contra a Fazenda Pública.
- (D) salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário exclui a incidência de juros e multas.
- (E) devedor em recuperação judicial não terá direito a parcelamento do crédito tributário.

70. Considerando o CTN, a respeito da extinção do crédito tributário, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Não ocorrendo o pagamento do débito, no seu vencimento, e dependendo do motivo determinante da falta, poderá o débito ser acrescido de juros de mora, sem prejuízo da imposição de penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas no CTN ou demais leis tributárias.
- (B) A lei que autoriza a compensação pode estipular condições e garantias, ou instituir os limites para que a autoridade administrativa o faça.
- (C) A transação, no Direito Tributário, depende sempre de previsão legal e não pode ter o objetivo de evitar litígio, só sendo possível após a instauração deste.
- (D) A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo, por exemplo, a condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.
- (E) Na decadência, ocorre a extinção da relação jurídica tributária antes do lançamento, enquanto na prescrição, extingue-se a relação jurídica tributária depois de formalizada pelo lançamento.

71. Sobre a isenção, é correto afirmar que

- (A) no caso do Imposto de Importação, a hipótese de sua incidência é a entrada de produtos estrangeiros no território nacional, sendo que qualquer fato não compreendido nessa hipótese constitui caso de isenção do tributo.
- (B) se resulta da clara incoerência do suporte fático da regra de tributação.
- (C) pode ser concedida mediante decreto do executivo.
- (D) o ato administrativo que defere o pedido de isenção tem natureza meramente declaratória, tal como ocorre com o lançamento tributário.
- (E) segundo o CTN, salvo disposição de lei em contrário, a isenção será extensiva às taxas e às contribuições de melhoria.

72. Com relação à anistia, analise as assertivas abaixo.

- I. A anistia afasta o cumprimento das obrigações acessórias.
- II. A anistia concedida em caráter geral será efetivada de forma automática, não necessitando de requerimento do interessado.
- III. A anistia concedida em caráter geral beneficia os que preenchem os requisitos legais.
- IV. A anistia em caráter individual gera direito adquirido.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

73. A respeito da fiscalização tributária, é correto afirmar que, se um fiscal, no estabelecimento de um contribuinte, estiver examinando livros e documentos a este pertencente e encontrar, dentre esses documentos, um livro Caixa, o contribuinte

- (A) não poderá impedir seu exame pelo fiscal, pois o direito de examinar abrange todos os livros e papéis, sejam ou não obrigatórios.
- (B) poderá impedir seu exame pelo fiscal, pois o livro Caixa não é livro legalmente obrigatório e, não o sendo, não pode ser obrigado a exibi-lo.
- (C) não poderá impedir seu exame pelo fiscal, já que se trata de um livro legalmente obrigatório.
- (D) deverá exibi-lo, posteriormente, caso o fiscal não faça imediatamente a respectiva apreensão, por se tratar de um livro não obrigatório.
- (E) poderá impedir seu exame pelo fiscal, alegando abuso de autoridade, podendo fazer uma representação contra o servidor público, pois não se trata de livro obrigatório.

74. Considerando o artigo 202 do CTN, o termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará

- (A) obrigatoriamente, o nome do devedor; a quantia devida; a data em que foi inscrita, sempre que possível; a origem do crédito; e a indicação do livro e da folha da inscrição.
- (B) obrigatoriamente, dentre outras indicações da lista, o nome do devedor e, sendo caso, o dos corresponsáveis; a data em que foi inscrita; a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos; e a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado.
- (C) se possível, o número do processo administrativo de que se originar o crédito; a maneira de calcular os juros de mora acrescidos na quantia devida; e, obrigatoriamente, a quantia devida; o nome do devedor; e a data em que foi inscrita.
- (D) o nome do devedor e corresponsáveis; a quantia devida; a natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado; a data em que foi inscrita, sendo facultativa a indicação do livro e da folha da inscrição.
- (E) obrigatoriamente, o nome do devedor e, sendo o caso, o dos corresponsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros; a quantia devida; e a indicação do livro e da folha da inscrição e, dependendo do caso, a data em que foi inscrita.

75. Considerando o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Pessoa jurídica que participe do capital de outra pessoa jurídica não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na referida Lei Complementar, incluído o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, para nenhum efeito legal.
- (B) Pessoa jurídica resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 anos-calendário anteriores poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na referida Lei Complementar, incluído o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, para nenhum efeito legal.
- (C) Os requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos órgãos envolvidos na abertura e no fechamento de empresas, no âmbito de suas competências.
- (D) Será assegurado aos empresários entrada única de dados cadastrais e de documentos, resguardada a independência das bases de dados e observada a necessidade de informações por parte dos órgãos e entidades que as integrem.
- (E) Fica vedada a instituição de qualquer tipo de exigência de natureza documental ou formal, restritiva ou condicionante, pelos órgãos envolvidos na abertura e no fechamento de empresas, dos 3 âmbitos de governo, que exceda o estrito limite dos requisitos pertinentes à essência do ato de registro, alteração ou baixa da empresa.

76. De acordo com o disposto no artigo 17, da Lei Complementar nº 123/2006, não poderão recolher os impostos e as contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte que

- I. exerça atividade de produção ou venda no atacado ou no varejo de armas de fogo, munições e pólvoras, explosivos e detonantes.
- II. exerça atividade de importação de combustíveis.
- III. tenha sócio domiciliado no exterior.
- IV. exerça atividade de produção ou venda no atacado de cervejas sem álcool; que realize atividade de consultoria; e que preste serviços de instrutor, de corretor, de despachante ou de qualquer tipo de intermediação de negócios.

É correto o que está contido em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

77. Com relação aos princípios gerais do Direito Tributário, leia o excerto abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

O IPI, embora não se submeta _____, está sujeito _____, ou seja, a regra jurídica que cria nova hipótese de incidência ou de qualquer forma o aumenta, ainda que apenas dentro dos limites da lei, só entra em vigor _____ depois de _____.

- (Hugo de Brito Machado)
- (A) ao princípio da legalidade/ ao da anterioridade/ 90 dias/ publicada
 - (B) ao princípio da anterioridade/ à vacância de 90 dias/ 90 dias/ promulgada
 - (C) à vacância de 90 dias/ ao princípio da anterioridade/ no dia subsequente/ publicada
 - (D) ao princípio da anterioridade/ à vacância de 90 dias/ 90 dias/ publicada
 - (E) ao princípio da anterioridade nonagésima/ ao princípio da anterioridade/ 45 dias/ promulgada

78. Sobre os impostos de competência da União, assinale a alternativa correta.

- (A) A base de cálculo do Imposto de Exportação é, quando tratar de produto sujeito à alíquota específica, a unidade de medida adotada pela lei e, tratando-se de produto sujeito à alíquota *ad valorem*, o preço normal que o produto, ou seu similar, alcançaria, ao tempo da exportação, em uma venda em condições de livre concorrência.
- (B) A alíquota do Imposto de Importação não pode ser aumentada no curso do exercício financeiro, bem como não pode ser elevada ou reduzida por ato do Poder Executivo.
- (C) O IPI é imposto cumulativo, na medida em que se acumula em cada operação, pois incide sobre o insumo e no produto final.
- (D) A função predominante do ITR é fiscal. Sua alíquota aumenta na medida em que aumenta a proporção da área utilizada, em relação à área total do imóvel, objetivando desestimular a manutenção de latifúndios.
- (E) O lançamento dos Impostos Extraordinários serão feitos de ofício.

79. Quanto aos impostos de competência dos Estados, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O lançamento do Imposto sobre heranças e doações é feito, em princípio, por declaração. O contribuinte oferece ao Fisco os elementos necessários ao respectivo cálculo.
- (B) As prestações de serviços sujeitas ao ICMS são aquelas relativas a transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, exclusivamente.
- (C) O Imposto sobre heranças e doações terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Poder Executivo.
- (D) O lançamento do IPVA é feito de ofício e sua alíquota é fixa.
- (E) O ICMS é não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.

80. Quanto a limitações ao poder de tributar, é correto afirmar que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar imposto sobre

- I. papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.
- II. o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, que estão subordinados a certos requisitos contidos no CTN.
- III. o patrimônio, a renda ou serviços das instituições de educação ou de assistência social, sem fins lucrativos, que estão subordinados a certos requisitos contidos no CTN.
- IV. templos de qualquer culto.

É correto o que está contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.